

MOVIMENTO, AÇÃO E “PUTARIA”: a construção da identidade coletiva e a luta pelo combate aos estigmas relacionados às profissionais do sexo no Brasil

MOVEMENT, ACTION AND “BITCHING”: the construction of collective identity and the struggle to combat stigmas related to sex workers in Brazil

Natália Pires¹

Jorge Alberto Mendes Serejo²

Sumário: Introdução; 1. Movimento, ação e identidade coletiva. 2. Os estigmas em torno da prostituição. 3. A construção da identidade coletiva nos movimentos de profissionais do sexo no Brasil. Considerações finais. Referências.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo identificar as ações e estratégias adotadas pelos movimentos de profissionais do sexo no Brasil para combater os estigmas em relação à prostituição e redefinir a noção do que é ser prostituta. Para isso, utilizou-se como base teórica a teoria do confronto político e dos novos movimentos sociais. Diante do contexto histórico, político e social da década de 1970 no Brasil, o estudo analisa a eclosão dos novos movimentos sociais e a construção da identidade coletiva nos movimentos de trabalhadoras sexuais, no contexto da luta pelos chamados “novos direitos”. Para tal, a pesquisa empregou levantamento bibliográfico e documental, pesquisa de campo com observação direta e entrevista semi-estruturada. Os resultados apontam que as ações empreendidas pelos movimentos sociais de profissionais do sexo a partir da década de 1990 contribuíram para a consolidação da afirmação da identidade coletiva do segmento na luta por direitos e no combate aos estigmas que tanto marcam suas existências marginalizadas.

Palavras-Chave: Prostituição; Movimentos Sociais; Identidade Coletiva; Confronto Político.

ABSTRACT

¹ Graduanda em Direito pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco; e-mail: nataliapirees@outlook.com. Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos e Literatura (UNDB).

² Docente do Centro Universitário UNDB e da Universidade Federal do Maranhão - UFMA; Mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justiça; Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos e Literatura (UNDB); e-mail: jorge.serejo@undb.edu.br.

This article aims to identify the actions and strategies adopted by sex worker movements in Brazil to combat stigmas regarding prostitution and redefine the notion of what it means to be a prostitute. So that, we use the theory of political confrontation and new social movements as a theoretical basis. Before the historical, political and social context of the 1970s in Brazil, we analyze the emergence of new social movements and the construction of collective identity in sex worker movements, in the context of the struggle for the so-called “new rights”. To this end, the research uses bibliographic and documentary survey techniques, and undertakes field research, in direct observation. In addition, a semi-structured interview is carried out with a representative of the segment. It concludes that the actions undertaken by social movements of sex workers from the 1990s contributed to the consolidation of the affirmation of the segment's collective identity in the fight for rights and in the fight against the stigmas that mark their marginalized existences.

Keywords: Prostitution; Social movements; Collective identity; Political conflict

INTRODUÇÃO

A prostituição é uma atividade profissional marginalizada, estigmatizada e carregada de muitos estereótipos. Tais condições operam na conformação de uma situação que, se não impediu, dificultou os processos de organização de trabalhadoras do sexo³ ao longo do século XX. A partir da década de 1970, porém, tanto no Brasil quanto no âmbito internacional, profissionais do sexo, juntamente com outros grupos, manifestaram-se mais incisivamente na agenda pública contra os abusos sofridos por autoridades policiais. No limiar do novo século, profissionais do sexo passaram a se organizar através de associações pelo país e a lutar por “novos direitos” na configuração de um movimento social heterogêneo, dotado de especificidades e características próprias, levando, tal como o conjunto dos “novos movimentos” da época, à assunção de uma identidade coletiva.

Com o objetivo de compreender as dinâmicas de lutas das profissionais do sexo no combate aos estigmas associados às suas vivências, o presente trabalho apresenta como ponto de partida o seguinte questionamento: quais ações e estratégias foram adotadas pelos

³ No decorrer do trabalho utilizam-se termos como “prostituta”, “puta”, “trabalhadora sexual”, “profissional do sexo”, “prostituição” e “atividade sexual” para se referir às mulheres e à sua atividade, por serem os termos adotados pelos vários movimentos sociais de profissionais do sexo no Brasil, conforme entrevista realizada com interlocutora do segmento.

movimentos de profissionais do sexo no Brasil ao longo das últimas décadas, visando o combate aos estigmas em torno da prostituição e a construção da sua identidade coletiva? Com o fim de responder ao questionamento, o objetivo se situa em identificar as ações coletivas adotadas pelos movimentos de profissionais do sexo frente à construção de uma identidade coletiva.

Parte dos resultados apresentados neste trabalho é fruto de trabalho de conclusão de curso intitulada “Putá Política: uma análise do fazer direitos nos movimentos sociais de profissionais do sexo em São Luís-MA no período de 2019 a 2022”, defendida em dezembro de 2023 no Centro Universitário UNDB.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa quanto à sua abordagem, básica quanto à sua natureza e exploratória quanto aos seus objetivos. Utilizou-se a técnica de levantamento bibliográfico, documental, empreendendo-se pesquisa de campo, com observação direta na região do “Oscar Frota”, uma das principais zonas⁴ de prostituição da cidade de São Luís do Maranhão. Como técnica complementar de coleta de dados qualitativos, adotou-se entrevista na modalidade semi-estruturada com a liderança da Associação de Profissionais do Sexo do Maranhão (APROSMA), Maria de Jesus Almeida Costa. Mais elementos sobre esta pesquisa empírica serão apresentados no terceiro tópico do trabalho.

Como base teórica, a pesquisa fundamenta-se nas teorias do “confronto político” e dos “novos movimentos sociais” por meio de autores como Sidney Tarrow⁵, Alberto Melucci⁶, Antônio Carlos Wolkmer⁷, Maria da Glória Gohn⁸, além dos estudos de Patricia

⁴ Região, bairro, rua ou quarteirão de uma cidade onde se localiza um grande contingente de áreas reservadas a prostituição.

⁵ TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

⁶ MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? In: **Lua Nova**, n. 17, 1989.

⁷ WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura do direito. São Paulo, Ed. Alfa Ômega, 2001.

⁸ GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos novos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Ed. Layola, 1997.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 7, n.1, jun/jul, 2024 . ISSN 1981-0660
Rezende⁹, Margareth Rago¹⁰, Adriana Piscitelli¹¹¹² e André Geraldo Ribeiro Diniz e Claudia Mayorga¹³.

O trabalho se divide em três capítulos. Inicialmente, aborda-se o enfoque teórico e o contexto histórico do Brasil na década de 1970, com o fim de compreender a eclosão de novas organizações políticas dotadas de identidade coletiva que surgem ou “ressurgem” nesse período em que o país passava por uma ditadura civil-militar. No segundo momento, discorre-se acerca da representação social de profissionais do sexo por meio da categoria “estigma”, desenvolvido por Erving Goffman¹⁴, com o objetivo de entender os motivos que desencadearam as manifestações políticas de prostitutas nesse contexto. Por fim, analisam-se as ações coletivas e estratégias adotadas pelas trabalhadoras sexuais frente à construção dessa nova identidade coletiva específica que encaminhou uma nova agenda para a sociedade e para o Estado.

1. MOVIMENTO, AÇÃO E IDENTIDADE COLETIVA

No contexto político da década de 1970 no Brasil surgem novos atores sociais. Nesse período, o país estava fortemente marcado pelo autoritarismo e violência policial no quadro da ditadura civil-militar. Em forma de contranarrativa, emergiram novas organizações sociais, novos atores e novos sujeitos, além daqueles que se organizavam nas tradicionais

⁹ REZENDE, Patricia Jimenez. **Reinterpretando corpo, gênero e sexualidade**: uma perspectiva da ação coletiva do movimento brasileiro de prostitutas. p. 126-146. *Enfoques* (Rio de Janeiro), vol. 15, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/enfoques/search/titles>. Acesso em: 05 fev. 2024.

¹⁰ RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra (1991).

¹¹ PISCITELLI, Adriana. **Feminismos e prostituição no Brasil**: uma leitura da antropologia feminista. *Cadernos de antropología social*, n. 36, p. 11-31, 2012a. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180926074002>. Acesso em: 29 jan. 2024.

¹² PISCITELLI, Adriana. Exploração sexual, trabalho sexual: noções e limites. SILVA, Daniele Andrade da *et al.* **Feminilidades**: corpos e sexualidades em debate. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012b. p. 147-164.

¹³ DINIZ, André Geraldo Ribeiro; MAYORGA, Claudia. **Notas sobre autonomia e desqualificação social de mulheres prostitutas**. *Psicologia & Sociedade*, vol. 30, 2018, pp. 1-12. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309358414023>. Acesso em: 01 mar. 2024.

¹⁴ GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Mathias Lambert, 2004. ed. 4. LTC, 2004.

bandeiras partidárias de esquerda. Assim, o presente capítulo discorrerá sobre as características destas novas organizações, tendo como enfoque teórico a teoria do “confronto político” juntamente com a teoria dos “novos movimentos sociais”, para, posteriormente, abordar a categorização do movimento de profissionais do sexo nelas inseridas.

Sidney Tarrow¹⁵ argumenta que o confronto político surge como uma resposta às mudanças sociais, como restrições e repressões empregadas por autoridades e, até mesmo, oportunidades políticas. Segundo o autor, estamos diante de um movimento social quando um grupo de pessoas com poucos recursos se organiza em torno de reivindicações comuns e aciona estratégias para agir frente às restrições e oportunidades políticas, sustentando suas ações perante seus opositores.

A base de todo movimento social é a ação coletiva; essas ações ganham caráter de confronto político quando empregadas por indivíduos que não têm acesso às instituições e se aliam frente a novas reivindicações ou aquelas não atendidas pelo Estado. Por sua vez, o confronto político torna-se movimento social quando se conecta através de redes de sociabilidade sustentadas por interesses e identidades comuns. Esses movimentos se organizam, elaboram ideias e mobilizam seus membros para a construção de identidades coletivas. Assim, os movimentos sociais transformam oportunidades em recursos para a mudança política e social¹⁶.

O século XX é marcado por crises e rupturas de valores sociais, sobretudo na metade do século, quando as sociedades vão ganhando complexidade e produzem maior integração entre as estruturas sociais. A economia, que antes era a base da sociedade, perde espaço para uma integração entre estruturas econômicas, políticas e culturais. Os conflitos sociais saem do sistema econômico-industrial para outros âmbitos culturais, e assim, novas demandas aparecem¹⁷.

O cenário global também favorece a reconfiguração da conjuntura dos movimentos sociais. Não é algo isolado do Brasil. Em meio a esse panorama, emergem novas organizações

¹⁵ Tarrow, 2009.

¹⁶ Ibid., 2009.

¹⁷ Melucci, 1989.

políticas. Esses movimentos são nomeados pelos intelectuais do campo das ciências sociais e humanas como “novos movimentos sociais”. No Brasil, o final da década de 70 em diante é assinalado por profundas mudanças no cenário político, o que acarreta o aparecimento de uma gama de organizações sociais, alavancando demandas até então não vistas¹⁸.

Os chamados novos movimentos sociais apresentam características específicas dentro de uma política de identidades que apontam para a luta por “novos direitos”. Antônio Carlos Wolkmer¹⁹ elenca como principal particularidade dessas novas organizações a autonomia. São movimentos que se organizam com um menor grau de institucionalização. Pode-se dizer que é uma luta sobretudo emancipatória, ao contrário dos “antigos movimentos sociais” que se pautavam, primordialmente, em demandas de teor material e econômico, e que apresentavam uma certa subordinação às instituições estatais e aos partidos de esquerda.

Os atores nessa nova conjuntura não são mais distintos pela classe social, uma vez que os conflitos são cada vez mais instáveis e temporários. Assim, os novos movimentos invocam demandas de caráter imediato e, em especial, lutam por projetos simbólicos e culturais²⁰. As mudanças históricas desencadeiam novas demandas; diante da crescente desigualdade social, política e econômica, pleitear somente por necessidades básicas à sobrevivência se faz insuficiente.

Maria da Glória Gohn²¹ assinala que é nesse ínterim que as questões de raça, gênero e sexo ganham destaque no embate político. Surgem movimentos sociais como os de mulheres, negros e indígenas. A autora lembra, ainda, que esses novos movimentos populares trouxeram à tona a participação majoritária de mulheres. Vê-se uma ruptura com a forma de fazer política; o tecido social, marcado por desigualdades, exclusão e princípios antidemocráticos, é reconfigurado. Os sujeitos agora protagonizam suas próprias histórias e inauguram uma política pluralista, não mais centrada no Estado e nas instituições formais. Essa ruptura inaugurou na agenda pública novas reivindicações, que até então eram encapsuladas por outros segmentos; inclusive, das fissuras dentro do próprio movimento de mulheres que emergem os

¹⁸ Wolkmer, 2001.

¹⁹ Ibid., 2001.

²⁰ Melucci, *op. cit.*

²¹ Gohn, 1997.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 7, n.1, jun/jul, 2024 . ISSN 1981-0660
movimentos de profissionais do sexo como força política.

Gohn²², assim como Wolkmer²³, lembram do caráter não estatal desses movimentos. Essas alianças foram construídas majoritariamente por organizações sociais e, mais à frente, por organizações não governamentais (ONGs). Criaram-se, assim, nas sociedades complexas do século XX, espaços próprios para a ação coletiva, espaços esses que abrangem não apenas as contradições inerentes a essas sociedades, mas que também incluem aqueles com comportamentos considerados desviantes²⁴

A forma de resistência e diálogo com a sociedade civil difere dos movimentos tradicionais. Para além da autonomia, essas organizações elucidam a noção de identidade. Isto é, a capacidade de se reconhecer como parte integrante de uma mesma unidade social²⁵. Tarrow²⁶ afirma que as pessoas se identificam com grupos sociais através de símbolos culturais, palavras e formas de se vestir. O denominador comum entre os movimentos são os interesses, e esses interesses se criam através do sentimento de solidariedade e pertencimento.

É diante de restrições, oportunidades políticas e em meio à negligência do Estado no dever de garantir o bem-estar social que esses movimentos aparecem como produtores eficazes de novos modelos políticos, econômicos e sociais. Outro fator importante, como lembra Patrícia Rezende,²⁷ é que os movimentos sociais criam e recriam novos símbolos e significados às normas pré-estabelecidas e naturalizadas socialmente. Através de novas formas de interpretação da realidade, os movimentos constroem outros sentidos e identidades coletivas. Mais adiante, serão discutidas algumas das representações sociais acerca das prostitutas e os estigmas atribuídos a essas mulheres, e como isso reverbera no movimento de profissionais do sexo na condição de um “novo movimento social”.

2. OS ESTIGMAS EM TORNO DA PROSTITUIÇÃO

²² Gohn, 1997.

²³ Wolkmer, 2001.

²⁴ Melucci, 1989.

²⁵ Ibid., 1989.

²⁶ Tarrow, 2009.

²⁷ Rezende, 2016.

Diferentes estigmas orientam o imaginário coletivo acerca da prostituição e dos sujeitos que exercem a atividade sexual. Para Erving Goffman,²⁸ o estigma é um conjunto de atributos depreciativos imputados a todos aqueles que não atendem às normas sociais. É uma linguagem integrante nas relações coletivas que direciona o comportamento dos indivíduos em sociedade.

Goffman²⁹ afirma ainda que as estruturas sociais em toda e qualquer coletividade se estabelecem através de conjunturas normativas, que, por sua vez, classificam cada indivíduo de acordo com sua categoria social. Esse corpo normativo é tido como um dado natural. Baseando-se nas categorias e nas expectativas geradas pelos processos de categorização, aquele que rompe com a normativa é considerado um sujeito estranho, fora do comum, reduzido, nas palavras do autor, a uma pessoa “estragada e diminuída”³⁰.

Com base em critérios morais e socioculturais influenciados por valores cristãos, prostitutas são consideradas indivíduos perigosos, pois atentam contra a ordem natural da sexualidade, a família e os “valores”, ao passo que são tidas como um “mal necessário”. Outra perspectiva aponta as prostitutas como vítimas de fatores socioeconômicos e da desestrutura familiar. Nesse caso, a sociedade tem o dever de prevenir e proteger os sujeitos na prostituição³¹.

A perspectiva da vítima coloca prostitutas como seres inertes, passivos, sem viabilidade de escolha e poder sobre seus corpos, reféns da dominação masculina. Adriana Piscitelli³² aponta que essa perspectiva foi adotada pelo movimento feminista da Europa em meados do século XIX. Sob o argumento da prostituição como uma forma de exploração sexual, as feministas lutavam contra o abuso médico, policial e religioso sofrido pelas prostitutas na época, e se posicionavam contra a regulamentação da prostituição, pois compreendiam as prostitutas como vítimas, ao passo que se colocavam como as “salvadoras” de mulheres profissionais do sexo.

²⁸ Goffman, 2004.

²⁹ Ibid., 2004.

³⁰ Ibid., 2004, p. 6.

³¹ ALVAREZ, Gabriel Omar; RODRIGUES, Marlene Teixeira. Prostitutas cidadãs: movimentos sociais e políticos de saúde na área de saúde (HIV/Aids). **Revista de Ciências Sociais da UFC**, c. 32, n. ½, 2001, pp. 187-208.

³² Piscitelli, 2012b.

Margareth Rago³³, em uma pesquisa realizada entre os anos de 1890 e 1930, que objetivava analisar as representações sociais acerca da prostituta na cidade de São Paulo-SP, observa que os estudos científicos do período sobre o fenômeno da prostituição foram construídos sob o olhar masculino, dentro de um viés polarizado. Em suas palavras: “o enquadramento conceitual da mulher enquanto ‘rainha do lar’ ou ‘mulher da vida’ foi o caminho que os homens cultos da época encontraram para se referirem à condição feminina”³⁴.

Fenômenos sócio-históricos também conduziram o imaginário coletivo sobre a atividade sexual. No Brasil, o surgimento da epidemia do HIV/Aids foi um dos fatores que potencializaram os estereótipos sobre a prostituição. Prostitutas, homossexuais e usuários de drogas eram considerados “grupos de risco” e os principais causadores da epidemia³⁵.

Por outro lado, em uma pesquisa cujo objetivo era analisar o posicionamento do feminismo nas discussões sobre a prostituição e o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, Piscitelli³⁶ constatou que a partir dos anos 90, no Brasil, as leituras negativas a respeito da prostituição se intensificaram, em decorrência do surgimento das políticas públicas contra o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual.

Em nível internacional, a realidade é semelhante. Como exemplo, pode-se citar o Protocolo de Palermo³⁷, um marco do direito internacional no que tange aos direitos humanos. O Protocolo foi assinado no ano de 2000 (ratificado pelo Brasil em 2004 pelo Decreto nº 5.017/04), após dois anos de negociação entre mais de 80 países. Em seu conteúdo, o pacto define “tráfico” como “toda e qualquer forma de recrutamento e transporte para prostituição

³³ Rago, 1991.

³⁴ Ibid., 1991, p. 20.

³⁵ Alvarez; Rodrigues, 2001.

³⁶ Piscitelli, 2012a.

³⁷ Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Conhecido como “Protocolo de Palermo”.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 7, n.1, jun/jul, 2024 . ISSN 1981-0660
ou fraude, independentemente de coerção ou fraude”^{38 39} .

Nessa mesma perspectiva, Olivar⁴⁰ afirma que o trabalho sexual somente é discutido internacionalmente, no âmbito dos direitos humanos, quando vinculado a crimes ou vulnerabilidades sociais, mesmo diante da crescente participação dos movimentos de prostitutas nos debates internacionais. Em suas palavras: “se observarmos rapidamente o lugar que a prostituição ocupa na estrutura discursiva do Sistema de Nações Unidas, veremos a negatividade lógica e política com que é abordada”⁴¹.

Prostitutas são estigmatizadas desde ideais moralistas até perspectivas que as colocam como vítimas de fatores socioeconômicos. Dessa forma, Moura⁴² observa que o sujeito na prostituição é duplamente estigmatizado. Assim, todo e qualquer indivíduo que exerce atividade sexual é vinculado à pobreza, marginalização ou a estigmas de cunho moral. Essas concepções têm como principal consequência o não reconhecimento dos direitos sobre o próprio corpo, à medida que esse sujeito contraria os valores e normas sociais estabelecidos como corretos.

Além disso, a prostituição é associada a doenças, demonização e vitimização social, mas, por outro lado, é também relacionada à afirmação da autonomia e ao poder de decisão sobre a vida. Diante disso, Diniz e Mayorga,⁴³ em uma pesquisa realizada em Belo

³⁸CORRÊA, Sonia. Prostituição, normas e contexto: dimensão transnacional. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS. **Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho cultura e saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: ABIA; 2013 p. 09-40. Disponível em: https://abiaids.org.br/wp-content/uploads/2015/04/analise_contexto_abia-davida.pdf. Acesso em: 02 fev. 2024.

³⁹ Ressalta-se que, dentro do movimento feminista, há divergências sobre o conteúdo do serviço sexual. Para parte do segmento, todo exercício da prostituição seria uma forma de exploração sexual. Por outro lado, há segmentos que defendem a diferenciação entre prostituição e tráfico para a prostituição (exploração sexual), uma vez que a atividade sexual comercial é considerada uma forma de trabalho. Apesar dessa divergência, o Protocolo de Palermo qualifica como tráfico o recrutamento independentemente de coerção ou fraude. O Código Penal Brasileiro foi modificado em 2016 para incluir o art. 149-A: Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de: V - exploração sexual.

⁴⁰OLIVAR, José Miguel Nieto. **Prostituição feminina e direitos sexuais... diálogos possíveis?** Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista latino americana. n.11 - ago. 2012 - pp.88-121. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/SexualidadSaludySociedad/article/view/2681/2392>. Acesso em: 29 jan. 2024.

⁴¹ Ibid., 2012, p. 106.

⁴²MOURA, João Carlos da Cunha. **Direito ao corpo e sexualidade: o lugar da prostituta**. São Luís: Café&Lápes, 2013.

⁴³ Diniz; Mayorga, 2018.

Horizonte-MG, que analisava a realidade de mulheres prostitutas e suas estratégias de enfrentamento à opressão, concluíram que a trajetória dessas mulheres é marcada pela sujeição e resistência à sujeição.

Prostitutas são vistas como vítimas de condições econômicas e patológicas, ou como transgressoras da lei moral. Essas são narrativas e estigmas que atravessam os diferentes âmbitos sociais, desde a sociedade civil até o campo acadêmico, resultando em processos de sujeição, estigmatização e silenciamento. Em qualquer caso, o objetivo é o mesmo: eliminá-las ou condená-las aos confins da sociedade, com vistas à crença de que a prostituição é um “mal necessário”. Nas palavras de Rago: “condenando e estigmatizando a prostituição, quer-se eliminá-la como uma parte cancerosa”⁴⁴.

Os estigmas que permeiam a prostituição apresentam efeitos nocivos às prostitutas, classificando-as, sequestrando suas vidas e impondo seus lugares na sociedade. Entretanto, para além de compreender os sujeitos como efeito dos marcadores sociais que circunscrevem suas existências, é necessário também compreender as significações que os próprios sujeitos atribuem às suas experiências. Diante disso, no capítulo seguinte será abordada a eclosão dos movimentos de profissionais do sexo no Brasil e a construção de suas identidades coletivas.

3. A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS NOS MOVIMENTOS DE PROFISSIONAIS DO SEXO NO BRASIL

Em meio ao contexto político da ditadura militar e à crescente violência policial praticada contra grupos minoritários, emergem manifestações por parte desses indivíduos com o objetivo de denunciar os abusos sofridos. Tanto no campo internacional quanto nacional, prostitutas se organizam coletivamente pela primeira vez no final da década de 1970. No Brasil, ocorreu o primeiro protesto na praça da Sé em São Paulo. Prostitutas,

⁴⁴ Rago, 1991, p. 23.

travestis, donos de bares e cafeterias foram às ruas denunciar a violência policial após o desaparecimento de duas prostitutas⁴⁵.

Gabriela Leite⁴⁶ - que trabalhava na região da Boca do Lixo em São Paulo nesse período - narra que os policiais invadiam os prédios de prostituição recorrentemente, violentavam as mulheres, instauravam toque de recolher às vinte e duas horas e qualquer mulher que fosse encontrada na rua após esse horário era considerada prostituta e iria presa. É em razão desses episódios de violência e repressão que os grupos marginalizados ocupam as ruas para reclamar seus direitos. Essa manifestação inicial foi bem-sucedida, entretanto, foi um evento esporádico. Passados os anos, permanecia a mesma questão, a violência.

Já na década de 80 ocorreu o I Encontro Nacional de Prostitutas, evento que contou com a participação de duas mil pessoas. Nas palavras de Gabriela Leite:

[...] Foi um evento maduro e bem-feito. Eu acho que aquele era o momento certo. Estava no inconsciente coletivo, a sociedade precisava dar um grande passo em relação a puta. Nós fomos abrindo caminho, saímos do escuro para praticamente um estrelato⁴⁷.

Esse momento inicial indicava movimentos em processo de formação. Pode-se assinalar que somente a partir do final da década de 80, com a organização de redes e associações pelo país, é que temos de fato movimentos sociais de profissionais do sexo. Em 1987, foi criada a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), cujo principal objetivo é a mobilização visando a regulamentação da prostituição enquanto profissão, a reivindicação a programas de saúde e combate à violência, estigmas e discriminação⁴⁸.

Esses acontecimentos coincidem com a transição para a democracia no Brasil, momento em que se discutia fortemente questões relacionadas aos direitos humanos de

⁴⁵ LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

⁴⁶ Gabriela Leite foi um dos grandes nomes na luta política pelos direitos de profissionais do sexo. Foi uma das fundadoras da Rede Nacional de Prostitutas e responsável pela criação da ONG Davida (Leite, 2009).

⁴⁷ Leite, 2009, s.p.

⁴⁸ SILVA, Tatiana Raquel Reis. Prostituição feminina e movimento associativo: Os debates em torno do processo de regulamentação da prostituição como profissão em São Luís. p. 49-67. In: SOUSA, S. M. N; PEREZ, A. A; SILVA, M. H. N *et al* (Orgs.). **Fazendo e desfazendo gêneros**. São Luís: EDUFMA, 2015.

minorias sociais. O contexto foi propício para uma ampla mobilização social e reivindicações acerca dos direitos civis e o direito à cidade⁴⁹. Com o debate sobre direitos humanos ganhando espaço, pleiteava-se pela dignidade das prostitutas, e as causas levantadas eram ligadas à luta frente à democracia, violência policial, e afirmação das prostitutas enquanto cidadãs, sujeitos de direito⁵⁰.

Durante a década de 80, o movimento de profissionais do sexo esteve ligado a Organizações não governamentais (ONGs) internacionais, Inter-Aids e Aids'Cap, incluindo organizações religiosas como a Pastoral da Mulher Marginalizada. Mas à frente, esses movimentos se fortalecem e ganham autonomia. Aparecida Moraes⁵¹ afirma que apesar das organizações religiosas - principalmente a Pastoral da Mulher Marginalizada - enxergarem as prostitutas como vítimas, as iniciativas advindas dessas entidades constituíram um significativo avanço frente às articulações com o Estado, influenciando na elaboração de políticas públicas e ações com vista aos direitos humanos.

Esse período foi circunscrito também pelo surgimento da Aids. A eclosão do vírus do HIV foi um fator que perpetuou ainda mais a discriminação aos grupos minoritários. As prostitutas eram vistas como grupo de risco, por essa razão obtinham apoio de ONGs na elaboração de palestras, fornecimento de preservativos, tratamentos e assistência médica⁵². Rezende⁵³ reafirma que o aparecimento da Aids serviu para legitimar o lugar marginal da prostituta. Em contrapartida, possibilitou também o contato dessas mulheres com demais grupos minoritários, como o movimento de homossexuais e travestis. Em 1992 foi criada por Gabriela Leite a ONG Davida⁵⁴ que teve, e tem, um papel significativo no combate à Aids e

⁴⁹ SIMÕES, Soraya Silveira. **Identidade e política**: a prostituição e o reconhecimento de um métier no Brasil. Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, v.2, n.1, jan.-jun., p.24-46, 2010. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/11963?locale-attribute=es>. Acesso em: 05 fev. 2024.

⁵⁰ Olivar, 2012.

⁵¹ MORAES, Aparecida Fonseca. **Gabriela Leite e mudanças nas práticas discursivas sobre prostituição no Brasil**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 33, n. 70, p. 254-279, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/tNPgbTRxyT6w93LGMhmHsSb/#>. Acesso em: 15 fev. 2024.

⁵² Alvarez; Rodrigues, 2001.

⁵³ Rezende, 2016.

⁵⁴ Para mais informações sobre a ONG Davida: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/davida-prostituicao-direitos-civis-saude/>.

no fomento de debates através de encontros nacionais de prostitutas⁵⁵. As ações iniciais de todos esses grupos estavam concentradas no combate ao preconceito, abusos policiais e prevenção à Aids. A representação social da vítima era fortemente atribuída às prostitutas, era necessário então recusar esse papel.

Nos primeiros anos o movimento era fortemente ligado a ONGs e entidades religiosas. A partir da década de 1990, essas organizações ganham mais autonomia e passam a adotar ações que questionam e contrariam os estigmas e as concepções pré-estabelecidas acerca das prostitutas e suas práticas. Diante disso, novas identidades coletivas foram sendo construídas pelo segmento. O debate em torno da saúde, prevenção à Aids e combate aos abusos policiais não perdeu espaço e continuou na agenda política dos movimentos de profissionais do sexo, mas outras demandas foram alavancadas. Dentre elas, a regulamentação da prostituição enquanto profissão.

O movimento passa, então, a ver na regulamentação da prostituição uma possibilidade de diminuição dos estigmas sociais e garantia de direitos trabalhistas. Para isso, é enfatizado inclusive o orgulho de ser prostituta⁵⁶.

A demanda se propagou nos espaços públicos e ganhou o apoio do Estado. Os movimentos, em parceria com o Ministério da Saúde e o Ministério do Trabalho e Emprego, iniciaram ações voltadas a debater questões sobre a regulamentação do trabalho sexual. Em 2002, a prostituição foi incluída como ocupação pelo Ministério do Trabalho na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)⁵⁷. A CBO é um documento do Ministério do Trabalho que reconhece as ocupações laborais, em que a categoria "profissional do sexo" se encontra sob o número 5198-0523⁵⁸.

Essa é uma conquista fruto da atuação dos movimentos sociais de profissionais do sexo e importante de ser reconhecida, sendo um passo relevante no que concerne aos direitos

⁵⁵ Leite, 2009.

⁵⁶ Rezende, 2016.

⁵⁷ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **CBO – Classificação Brasileira de Ocupações**–, 2002a. Menu da Família. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5198>>. Acesso em: 02 fev. 2024.

⁵⁸ CBO: BRASIL. Mais informações disponível em: <https://cbo.mte.gov.br/cbosite/pages/home.jsf?jsessionid=0s4V9nWF28i4jL8kZzUwWKyB2BaX8yTYVIHjVCW3.CBO-SLV03:mte-cbo>. Palavra-chave: “profissionais do sexo”.

laborais de prostitutas, uma vez que garante o direito à contribuição mensal e à aposentadoria. Entretanto, na prática, é pouco discutido e reconhecido, e mesmo sendo a prostituição reconhecida como ocupação pela CBO, a atividade não é regulamentada por lei como profissão⁵⁹.

Na perspectiva de coletar mais elementos para a pesquisa que ensejou o presente artigo, Pires⁶⁰ entrevistou Maria de Jesus Almeida Costa⁶¹, líder comunitária e presidente da extinta Associação de Profissionais do Sexo do Maranhão (APROSMA) e integrante do Coletivo Por Elas Empoderadas. O contato se deu por intermédio do professor orientador, e o local escolhido por Jesus foi o Centro Histórico de São Luís - MA, no “Bar Meu Bem”, no dia vinte e três de outubro de dois mil e vinte e três.

Não é demais recordar que a entrevista foi concedida inicialmente para a pesquisa de conclusão de curso, que objetivava analisar as ações e estratégias adotadas pelos movimentos de profissionais do sexo frente às demandas pelo reconhecimento de direitos no período de 2019 a 2022, na cidade de São Luís.

A ida a campo, como diz Maria Cecília Minayo⁶², possibilita a aproximação da pesquisadora da realidade que tomou por objeto, mas também estabelecer uma interação com os atores que conformam essa mesma realidade. Esse conhecimento empírico, próprio de uma pesquisa exploratória, no presente trabalho foi tomado a partir dos referenciais teóricos apontados, sem olvidar de aspectos operacionais, como, por exemplo, a escolha da capital maranhense, dadas as condições de deslocamento, também porque é em São Luís que se encontra a organização liderada por Maria de Jesus.

⁵⁹ PIRES, Natália. **“Putá Política”**: uma análise do fazer direitos nos Movimentos Sociais de Profissionais do Sexo em São Luís – MA no período de 2019 a 2022. 88 f. Monografia. Curso de Direito, Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB, São Luís, 2023.

⁶⁰ Ibid., 2023.

⁶¹ Maria de Jesus - conhecida como Jesus - é maranhense, negra, mãe, ex-profissional do sexo e ativista. Chegou em São Luís aos 12 anos de idade, trabalhou como empregada doméstica, babá e lavadeira de roupa. Começou na atividade sexual aos 15 anos na “zona”, chegando, alguns anos depois, a gerenciar uma casa de prostituição. Jesus dedica sua vida a luta política, não apenas a luta de profissionais do sexo, atua também auxiliando e lutando pelos direitos de toda a comunidade do Centro de São Luís.

⁶² MINAYO, Cecília. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, Suely; GOMES, Romeu. MINAYO, Cecília (Orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 61-62.

Como não se dispunha de informações sobre as organizações de trabalhadoras do sexo da cidade, optou-se no campo pela realização de entrevista na modalidade semi-estruturada, “que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”⁶³. Nesse sentido, a técnica da entrevista semi-estruturada ou “não-diretiva”, como diz José Roberto Xavier⁶⁴, aparentemente banal, traz uma grande complexidade: “acompanhar o discurso do entrevistado, “mas também ser capaz de ter discernimento sob o fogo da ação de quais trechos são relevantes”⁶⁵. Por isso, pareceu mais adequada à pesquisa estabelecer um direcionamento à entrevista, mas sem enclausurar sua fala dentro de algumas possibilidades de resposta (como seria uma entrevista fechada), mas também sem estender por demais a entrevista a ponto de inviabilizar, dado o curto tempo de que se dispunha e o respeito aos demais afazeres da entrevistada (como seria uma entrevista aberta).

Ressalta-se, outrossim, que a pesquisa não ofereceu quaisquer riscos à entrevistada, sejam eles físicos, emocionais, tampouco constrangimentos, revitimizações ou discriminações de qualquer ordem, que justificassem investimentos técnicos e cuidados necessários além dos adotados pela pesquisadora no campo. Considerando os aspectos éticos, a participante anuiu com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que se encontra em anexo. Às perguntas do questionário, também anexadas, giraram em torno da construção de estratégias do movimento de profissionais do sexo do Maranhão, especialmente sobre a APROSMA.

Aliás, é importante salientar que as ações que antes eram realizadas em nome da Associação, hoje são realizadas através do Coletivo Por Elas Empoderadas, criado no ano de 2019. O coletivo foi criado visando ampliar a atuação da APROSMA, que trabalhava somente com profissionais do sexo. Em contrapartida, o coletivo atua em prol dos direitos de todas as mulheres, cis e trans.

Acerca disso, Jesus comunica que as ações realizadas pelo coletivo muitas vezes

⁶³ Minayo, 2007, p. 64.

⁶⁴ XAVIER, José Roberto. Algumas notas sobre a entrevista qualitativa de pesquisa. In: MACHADO, Maíra Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

⁶⁵ Ibid, 2017, p. 128.

carregam o nome da APROSMA em razão de seu histórico. Entretanto, a Associação se encontra parada. Em suas palavras: *“na prática a APROSMA não existe mais atuando, é só um histórico, porque, assim, o pensamento era de que a APROSMA só trabalhava com prostituta, e o Coletivo não, o Coletivo é misto, trabalha com qualquer pessoa desde que ‘vista saia’”*⁶⁶.

Para aprofundar as percepções, recorreu-se ao “Oscar Frota”, um dos pontos principais de prostituição da cidade. Nesse local, onde se procedeu observação direta sobre o cotidiano de profissionais do sexo em São Luís, localizam-se casas de festas, bordéis e bares que possuem quartos alugados para as prostitutas e seus clientes. O espaço é conhecido pela chamada “prostituição de baixo nível” ou prostituição em “zona confinada”, devido às condições socioeconômicas do público que frequenta o local⁶⁷. A região, bem como o público que a frequenta, sobretudo mulheres prostitutas, carrega alguns estigmas. Sobre isso, narra Jesus: *“[...] Muita gente acha que mulher prostituta é vítima, nós não somos vítimas, nós somos vítimas é de violência, e sexo não é violência quando ele é feito com as duas pessoas consentindo”*⁶⁸.

A marginalização social da prostituição e das trabalhadoras sexuais afeta a forma como essas mulheres se veem enquanto sujeitos de direitos. Em meio a essa realidade. Nos diálogos com Maria de Jesus, a ativista reafirma constantemente que profissionais do sexos devem ser respeitadas primeiramente como mulheres e depois como putas. Em seus dizeres: *“a gente luta pela questão do aceitar eu enquanto mulher junto contigo, tu pode ser advogada, doutora, juíza, o que tu quiser e eu quero tá do teu lado, eu sou a mesma mulher que tu, tu só é juíza e eu sou puta, mas eu sou mulher”*⁶⁹.

Adriana Vianna⁷⁰, ao analisar as linguagens e sentidos que transcorrem a construção dos direitos, mostra que esse processo é permeado pelo afeto, desejos e emoções

⁶⁶COSTA, Maria de Jesus. Entrevista cedida a Natalia Pires. In: PIRES, Natália. “Putá Política”: uma análise do fazer direitos nos Movimentos Sociais de Profissionais do Sexo em São Luís – MA no período de 2019 a 2022. 88 f. Monografia. Curso de Direito, Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB, São Luís, 2023, p. 62.

⁶⁷ Silva, 2015, p. 53

⁶⁸ Costa, 2023, p. 25.

⁶⁹ Ibid., 2023, p. 59.

⁷⁰VIANNA, Adriana. Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. p. 15–35. In: VIANNA, Adriana de Resende Barreto (org.). **O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre** 17

subjetivas; sentidos que fazem parte da racionalidade do fazer política e que movem a luta dos atores sociais. A solidariedade é um fator clarificado nas falas de Jesus. A ativista narra que escolheu lutar primordialmente pelos direitos de mulheres para que outras mulheres não vivenciassem o que ela viveu. Assim, conta: “[...] eu fui pros movimentos porque era o mínimo que eu podia dar para as minhas companheiras, pra elas não passarem pelo que eu passei”⁷¹.

Os movimentos de profissionais do sexo empenham esforços em políticas que trabalham questões de autoestima e reconhecimento. A prostituição como escolha também é enfatizada; para isso, as organizações oferecem cursos profissionalizantes para as mulheres, possibilitando que aquelas que, de fato, não querem exercer o trabalho sexual tenham oportunidades em outros mercados⁷².

O Ministério da Saúde, juntamente com as organizações de profissionais do sexo, realiza políticas visando o combate à Aids e a redução da vulnerabilidade e estigmas. Pode-se citar como exemplo o "Documento Referencial para Ações de Prevenção das DST e da AIDS – Profissionais do Sexo" do Ministério da Saúde, que aborda questões acerca da autoestima, cidadania de trabalhadoras sexuais e redução de vulnerabilidades^{73 74}.

As ações por reconhecimento continuaram, pois o movimento não se limitou às políticas públicas realizadas em parceria com o Estado. Outras iniciativas, sobretudo voltadas à cultura, foram adotadas. Com a criação da ONG Davida, foram realizadas peças de teatro e serestas nos pontos de prostituição da cidade do Rio de Janeiro. Na década seguinte, surgiu a “Daspu”, grife de roupas femininas voltada para mulheres prostitutas que se transformou

política, administração e moralidades. Coleção Antropologias. Rio de Janeiro: E-Papers, 2013.

⁷¹ Costa, 2023, p. 59.

⁷² Rezende, 2016.

⁷³ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Profissionais do sexo:** documento referencial para ações de prevenção das DST e da aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2002b. Disponível em: https://antigo.aids.gov.br/sites/default/files/campanhas/2002/38289/documento_referencial_ps.pdf. Acesso em: 02 fev. 2024.

⁷⁴ Ver documento referencial para ações de prevenção das DST e da AIDS – Profissionais do Sexo, do Ministério da Saúde. Disponível em: https://antigo.aids.gov.br/sites/default/files/campanhas/2002/38289/documento_referencial_ps.pdf.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 7, n.1, jun/jul, 2024 . ISSN 1981-0660
em uma importante ferramenta política. Desfiles de moda foram realizados, e com isso a Rede Brasileira de Prostitutas passou a ganhar visibilidade no âmbito internacional⁷⁵.

Políticas afirmativas também são parte das ações do movimento de trabalhadoras sexuais, que faz questão de ressaltar o orgulho de ser "puta", mas que, antes de profissionais do sexo, são "mulheres como outra qualquer". Nas palavras de Jesus:

[...] pra eu poder cobrar meus direitos eu tenho que dizer o que eu sou, mas antes de ser puta, somos mulheres, e temos que ser respeitadas como mulheres, não interessa o que a gente faça, nós somos mulheres, e a sociedade tem que nos respeitar primeiro como mulher, depois como puta⁷⁶.

As trabalhadoras sexuais contestam os símbolos que carregam em seus corpos e evidenciam as violências, a negação de direitos e os abusos sofridos pela sociedade civil e pelas autoridades em razão do estigma de "puta". Essas mulheres se apropriam de termos considerados pejorativos com o intuito de ressignificar essas simbologias⁷⁷. Um exemplo citado por Diana Helene⁷⁸ é a atitude da prostituta e militante Lourdes Barreto, uma das fundadoras da Rede Nacional de Prostitutas, que, aos 74 anos de idade, tatuou em seu antebraço a frase "eu sou puta". Recentemente, em 2023, a ativista lançou seu livro "Puta Autobiografia".

O emprego de terminologias como “profissionais do sexo” e “trabalhadoras sexuais” foi adotado com o objetivo de reconhecer o trabalho sexual como profissão. Simões⁷⁹ esclarece que o uso desses termos ajuda a melhor formular as ações voltadas à regulamentação da prostituição como profissão e mantém o debate no campo do trabalho. Entretanto, seus usos não são um consenso entre as organizações de prostitutas, o que gera

⁷⁵ Simões, 2010.

⁷⁶ Costa, 2023, p. 70-71.

⁷⁷ HELENE, Diana. O movimento social das prostitutas e o direito à cidade para as mulheres. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11- transformações, conexões, deslocamentos (13º., 2017: Florianópolis). **Anais [...]**. Florianópolis, 2017. Disponível em: https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498590152_ARQUIVO_d_helene.pdf. Acesso em: 01 mar. 2024.

⁷⁸ Ibid., 2017.

⁷⁹ Simões, 2010.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 7, n.1, jun/jul, 2024 . ISSN 1981-0660
inúmeros debates. Rezende⁸⁰ acentua que o processo de construção de uma identidade é complexo e repleto de particularidades e discordâncias, mas que esse processo não se dá de outra forma, senão através de disputas.

Pelos estudos apresentados, observa-se que, entre as décadas de 1980 até os anos 2000, as demandas dos movimentos de profissionais do sexo foram se alterando. Patrícia Rezende⁸¹ sintetiza isso através de um quadro interpretativo em que descreve que, na década de 1980 até 1990, as demandas estavam relacionadas a direitos de cidadania, como justiça, saúde sexual e trabalho. Já nos anos 2000, as reivindicações se voltaram aos direitos sexuais e à autonomia⁸².

Diniz e Mayorga⁸³ correlacionam a afirmação da autonomia com a resistência. Resistir é uma forma de transgressão à norma, é negar sua legitimidade. Assim, “[...] quando uma prostituta afirma sua autonomia diante de um discurso vitimizante, ela está, dentre outras coisas, afirmando uma não reciprocidade com o princípio que a desqualifica”⁸⁴. O processo de construção de novas identidades só é possível através da compreensão de si enquanto sujeito político-social e, ainda, da compreensão da realidade a que se pertence e das vozes pelas quais se é representado. Como pontua Sousa, “a voz do sujeito revela seu lugar social e é composta por um conjunto de outras vozes”⁸⁵.

Vê-se uma mudança na identidade coletiva de profissionais do sexo, que antes estava atrelada à marginalização, passividade e vitimização, para uma identidade de autonomia e escolha. Observou-se que essas mulheres deixaram de ocupar a posição de vítima, da mulher oprimida, marginalizada, para ocupar o lugar da autodeterminação, afastando de vez o discurso vitimizador dos espaços sociais, visando superar os estigmas relacionados à sua profissão.

⁸⁰ Rezende, 2016.

⁸¹ Ibid., 2016.

⁸² Ibid., 2016, p. 138.

⁸³ Diniz; Mayorga, 2018.

⁸⁴ Diniz; Mayorga, 2018, p. 9.

⁸⁵ SOUSA, Soeiro Tuanny. **O nome que (não) sou**: retificação de nome e sexo de pessoas transexuais e travestis no registro civil. 2015. 166 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça – PPGDIR. p. 13.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das mudanças sociais, restrições e repressões políticas ocorridas no Brasil durante o período da ditadura civil-militar, como abusos e violências policiais, grupos marginalizados como mulheres, prostitutas, travestis e transexuais foram às ruas para denunciar essa realidade. O contexto político fomentou a emergência de novas organizações sociais tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Frente a uma realidade marginal, sem direitos básicos e acesso às instituições sociais, profissionais do sexo, a partir da década de 1980, começaram a se organizar coletivamente, promovendo encontros para fomentar debates. Nesse mesmo período, essas mulheres passaram a criar associações pelo país, visando, sobretudo, combater a violência policial e o vírus da AIDS, que se expandia.

Nos primeiros anos, as demandas eram focadas nos abusos praticados pelas autoridades e na prevenção ao vírus, mas a partir da década de 1990 essa realidade começou a mudar. Os movimentos de profissionais do sexo, que eram anteriormente ligados a organizações não governamentais (ONGs) e entidades religiosas, ganharam autonomia e promoveram ações voltadas aos direitos sexuais. O debate se ampliou, ganhou espaço na esfera pública e, em parceria com ministérios, principalmente o Ministério da Saúde, políticas públicas foram desenvolvidas.

Naquele momento, as ações promovidas não mais eram focadas somente no combate à violência e ao vírus; questões sobre a regulamentação da prostituição como profissão entraram em pauta. Os movimentos viam na profissionalização da atividade sexual a possibilidade de combater os estigmas e as discriminações sofridas por profissionais do sexo. A regulamentação da prostituição enquanto profissão passou a ser a pauta central nos movimentos de trabalhadoras sexuais.

O lugar da vítima, da mulher marginalizada e oprimida, perdeu espaço para demandas acerca de direitos sexuais, da liberdade de escolha, do direito à cidadania e ao trabalho regulamentado. O debate se ampliou e os direitos sexuais entraram como parte integrante dos direitos humanos, com o objetivo de afirmar o direito de ser prostituta, o direito ao corpo e à sexualidade. Para isso, diversas ações voltadas à moda e à cultura foram

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 7, n.1, jun/jul, 2024 . ISSN 1981-0660

desenvolvidas, como o uso da mídia para divulgar campanhas de apelo simbólico na representação do corpo e da sexualidade, confecção de roupas e desfiles e aliança com outros movimentos.

Essas foram algumas das ações e estratégias adotadas pelos movimentos sociais de profissionais do sexo para dialogar com a sociedade e com o Estado, objetivando mudar a identidade negativa que marcava os corpos de prostitutas. Novas semânticas foram então construídas e a mulher prostituta passou a questionar as visões tradicionais que contavam suas histórias, para elas mesmas se colocarem como protagonistas de suas histórias.

Os movimentos ganharam uma nova identidade coletiva, e prostitutas ressignificaram termos como “puta”, “mulher da vida” e “trabalhadora sexual”. O que antes era considerado pejorativo, passou a ser motivo de orgulho. Apesar das divergências existentes internamente nos movimentos, observa-se, através dos direitos conquistados, que essas organizações desempenham um papel fundamental na mudança da representação social negativa atribuída a profissionais do sexo, assim como na conquista de direitos à sexualidade, trabalho e cidadania.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Gabriel Omar; RODRIGUES, Marlene Teixeira. **Prostitutas cidadãs: movimentos sociais e políticos de saúde na área de saúde (HIV/Aids)**. Revista de Ciências Sociais da UFC, c. 32, n. ½, 2001, pp. 187-208.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **CBO – Classificação Brasileira de Ocupações**–, 2002a. Menu da Família. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5198>>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Profissionais do sexo: documento referencial para ações de prevenção das DST e da aids**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002b. Disponível em: https://antigo.aids.gov.br/sites/default/files/campanhas/2002/38289/documento_referencial_ps.pdf. Acesso em: 02 fev. 2024.

CORRÊA, Sonia. Prostituição, normas e contexto: dimensão transnacional. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS. **Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho cultura e saúde no Brasil**. Rio de

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 7, n.1, jun/jul, 2024 . ISSN 1981-0660

Janeiro: ABIA; 2013 p. 09-40. Disponível em: https://abiaids.org.br/wp-content/uploads/2015/04/analise_contexto_abia-davida.pdf. Acesso em: 02 fev. 2024.

COSTA, Maria de Jesus. Entrevista cedida a Natalia Pires. In: PIRES, Natália. **“Putá Política”**: uma análise do fazer direitos nos Movimentos Sociais de Profissionais do Sexo em São Luís – MA no período de 2019 a 2022. 88 f. Monografia. Curso de Direito, Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB, São Luís, 2023.

DINIZ, André Geraldo Ribeiro; MAYORGA, Claudia. **Notas sobre autonomia e desqualificação social de mulheres prostitutas**. Psicologia & Sociedade, vol. 30, 2018, pp. 1-12. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309358414023>. Acesso em: 01 mar. 2024.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos novos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Ed. Layola, 1997.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Mathias Lambert, 2004. ed. 4. LTC, 2004.

HELENE, Diana. O movimento social das prostitutas e o direito à cidade para as mulheres. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11- transformações, conexões, deslocamentos (13º., 2017: Florianópolis). **Anais [...]**. Florianópolis, 2017. Disponível em: https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498590152_ARQUIVO_d_helene.pdf. Acesso em: 01 mar. 2024.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. In: **Lua Nova**, n. 17, 1989.

MOURA, João Carlos da Cunha. **Direito ao corpo e sexualidade**: o lugar da prostituta. São Luís: Café&Lápes, 2013.

MORAES, Aparecida Fonseca. **Gabriela Leite e mudanças nas práticas discursivas sobre prostituição no Brasil**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 33, n. 70, p. 254–279, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/tNPgbTRxyT6w93LGMhmHsSb/#>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MINAYO, Cecília. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, Suely; GOMES, Romeu. MINAYO, Cecília (Orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Prostituição feminina e direitos sexuais...** diálogos possíveis? Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista latino americana. n.11 - ago. 2012 - pp.88-

121. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/SexualidadSaludySociedad/article/view/2681/2392>. Acesso em: 29 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Palermo, 2000), relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm. Acesso em: 02 fev. 2024.

PISCITELLI, Adriana. **Feminismos e prostituição no Brasil**: uma leitura da antropologia feminista. Cuadernos de antropología social, n. 36, p. 11-31, 2012a. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180926074002>. Acesso em: 29 jan. 2024.

PISCITELLI, Adriana. Exploração sexual, trabalho sexual: noções e limites. SILVA, Daniele Andrade da et al. **Feminilidades**: corpos e sexualidades em debate. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012b. p. 147-164.

PIRES, Natália. **“Putá Política”**: uma análise do fazer direitos nos Movimentos Sociais de Profissionais do Sexo em São Luís – MA no período de 2019 a 2022. 88 f. Monografia. Curso de Direito, Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB, São Luís, 2023.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra (1991).

REZENDE, Patricia Jimenez. **Reinterpretando corpo, gênero e sexualidade**: uma perspectiva da ação coletiva do movimento brasileiro de prostitutas. p. 126-146. Enfoques (Rio de Janeiro), vol. 15, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/enfoques/search/titles>. Acesso em: 05 fev. 2024.

SILVA, Tatiana Raquel Reis. Prostituição feminina e movimento associativo: Os debates em torno do processo de regulamentação da prostituição como profissão em São Luís. p. 49-67. In: SOUSA, S. M. N; PEREZ, A. A; SILVA, M. H. N *et al* (Orgs.). **Fazendo e desfazendo gêneros**. São Luís: EDUFMA, 2015.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Identidade e política**: a prostituição e o reconhecimento de um métier no Brasil. Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, v.2, n.1, jan.-jun., p.24-46, 2010. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/11963?locale-attribute=es>. Acesso em: 05 fev. 2024.

SOUSA, Soeiro Tuanny. **O nome que (não) sou**: Retificação de nome e sexo de pessoas transexuais e travestis no registro civil. 2015. 166 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de

VIANNA, Adriana. Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. p. 15–35. In: VIANNA, Adriana de Resende Barreto (org.). **O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades**. Coleção Antropologias. Rio de Janeiro: E-Papers, 2013.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito**. São Paulo Ed. Alfa Ômega, 2001.

XAVIER, José Roberto. Algumas notas sobre a entrevista qualitativa de pesquisa. In: MACHADO, Máira Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

ANEXO I

Roteiro da entrevista semiestruturada - Maria de Jesus Almeida Costa

1. Me conte um pouco sobre a história da APROSMA, surgimento e as principais ações promovidas?
2. Me conte um pouco da sua história de vida, e a iniciação na APROSMA?
3. Além da APROSMA, existe outras organizações de prostitutas em São Luís?
4. Quais são os outros movimentos de profissionais do sexo no Brasil? No final da entrevista poderia me passar os contatos?
5. Dado o contexto político e da pandemia da COVID- 19 (2019-2022), como os fenômenos ocorridos nesse período afetou a vida das profissionais do sexo?
6. Em relação à questão da saúde, as profissionais tiveram algum apoios do governo federal/estadual municipal ou de outras organizações?

7. Alguma profissional faleceu de covid ou outra comorbidade em decorrência da exposição à contaminação?
8. Alguma profissional teve problemas de subsistência em decorrência da ausência de possibilidade trabalho ante o medo de se contaminar?
9. Em relação à questão da assistência material durante o lockdown, as profissionais tiveram algum apoios do governo federal/estadual municipal de outras organizações?
10. Frente as demandas que surgiram nesse período, como a APROSMA atuou e quais foram as estratégias políticas adotadas pelo movimento nacional de mulheres profissionais do sexo da saúde/assistência?
11. Frente as demandas que surgiram nesse período, como a APROSMA atuou e quais foram as estratégias políticas adotadas pela Associação para conquista de direitos no período, especialmente na questão da saúde/assistência?
12. Quantas profissionais estão filiadas ou são assistidas pela Associação? Quais a diferenças entre associadas que atuam em prostíbulos e as que atuam no pistão? Há muita diferença de classe?
13. Para você o movimento é um importante instrumento de luta contra as mazelas e preconceitos contra a prostituição, você experiência os efeitos práticos da atuação do movimento?
14. Como as ações do movimento contribuem para resolver as dificuldades enfrentadas, melhorar as condições de trabalho e a autoestima das profissionais do sexo, por exemplo?

ANEXO II

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título da pesquisa: “PUTA POLÍTICA”: uma análise do fazer direitos nos Movimentos Sociais de Profissionais do Sexo em São Luís – MA no período de 2019 a 2022

Pesquisadora: Natália Pires Santos

Orientador: Jorge Alberto Mendes Serejo

Natureza da pesquisa: você está sendo convidada a participar desta pesquisa que tem como foco a análise da atuação política dos movimentos sociais de prostitutas em São Luís, Maranhão no período de 2019 a 2022.

Participantes da pesquisa: mulheres prostitutas, integrantes dos movimentos sociais de profissionais do sexo, bem como suas lideranças.

Envolvimento na pesquisa: ao participar do presente estudo, você permitirá que a pesquisadora proceda sua investigação, observação dos fatos e fenômenos exatamente como eles ocorrem e, finalmente, a análise e interpretação desses dados com base em fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado. Você tem total liberdade para recusar continuar participando em qualquer fase da pesquisa sem quaisquer prejuízos.

Sobre as entrevistas: a entrevista a ser coletada objetiva colher informações sobre a história e atuação política da Associação de Profissionais do Sexo do Maranhão (APROSMA). A entrevista será constituída por perguntas semi-estruturadas sobre o tema apresentado com a utilização de áudio sem qualquer custo para as partes. Os dados obtidos por meio da entrevista serão trabalhados e divulgados (total ou parcialmente) na versão da Monografia depositada para defesa como requisito obrigatório para conclusão do curso de Direito da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB.

Riscos e desconfortos: a participação nesta pesquisa não envolverá riscos físicos, econômicos ou sociais, de modo que fica a critério da entrevistada se identificar ou não. Todavia, caso não queira se identificar serão adotadas todas as medidas necessárias para a garantia do sigilo quanto a sua identidade, sob pena de responsabilização do pesquisador, na forma legal. Para esse caso, referir-se-ão os dados da entrevista segundo o seguinte modelo: expressão “Entrevistada” acompanhando de incógnita indicada por letra do alfabeto (exemplo: “Entrevistada A”, ou pseudônimo escolhido pela entrevistada).

Caso concorde em participar desta pesquisa, solicita-se que assine as duas vias deste documento, sendo uma delas pertencentes a você e a outra ao pesquisador responsável.



CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar desta pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, compreendi as informações que me foram repassadas, autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

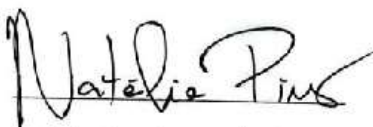
São Luís, 22 de outubro de 2023.



Nome do (a) participante



Assinatura do (a) participante



Assinatura do pesquisador